

TÍTULO	Que urgência climática é essa?
VEÍCULO	O Estado de S. Paulo Online
DATA	09/11/2024
AUTORES	Alexandre Uhlig

Estadão / Opinião / [Colunas](#)



Espaço Aberto >

Conheça o Espaço Aberto na editoria de Opinião do Estadão. Veja análises e artigos de opinião em colunas escritas por convidados e publicadas pelo Estadão.

Opinião • | Que urgência climática é essa?

É urgente que gestores municipais e do setor elétrico invistam em sistemas mais resilientes. O planeta precisa de menos reuniões e mais ações

Por Alexandre Uhlig

09/11/2024 | 03h00



A cada edição das Conferência das Partes (COP), criam-se expectativas sobre avanços significativos na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs), mas a realidade tem revelado o contrário: as emissões continuam a aumentar.

Apesar dos compromissos anuais dos países para reduzir essas emissões, observa-se um aumento global. Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), publicado em outubro de 2024, as emissões globais de GEEs atingiram um novo recorde em 2023, totalizando 57,1 gigatoneladas de CO₂ equivalente (GtCO₂e), o que representa um aumento de 1,3% em relação a 2022.

Não restam dúvidas sobre a relação entre as emissões de GEEs provenientes de atividades humanas e eventos climáticos extremos. O aumento da intensidade e frequência desses eventos impõe desafios significativos à infraestrutura urbana e ao setor elétrico. Chuvas intensas, tempestades, enchentes, secas prolongadas e ondas de calor afetam a mobilidade urbana, o bem-estar da população e expõem a vulnerabilidade dos sistemas que sustentam a vida moderna. Recentemente, São Paulo experimentou ventos de até 107 quilômetros por hora (km/h) que derrubaram centenas de árvores. Na Espanha, há poucos dias, a região de Valência enfrentou um volume de chuvas equivalente a um ano em apenas oito horas, causando devastação local.

A infraestrutura urbana – e especialmente o setor elétrico – tem sido diretamente impactada por esses eventos. Os eventos climáticos extremos prejudicam a produção, a distribuição e a segurança energética. Em um extremo, ventos fortes e tempestades podem danificar redes de transmissão e distribuição, provocando apagões que afetam o abastecimento de serviços essenciais como hospitais, escolas e sistemas de comunicação. Em outro extremo, secas prolongadas também comprometem a geração de energia, especialmente em países que dependem de hidrelétricas, como o Brasil, pois a redução do nível de água nos reservatórios limita a produção. Ondas de calor e frio extremo aumentam a demanda por energia para aquecimento e resfriamento, elevando o risco de sobrecarga e falhas na rede.

Diante desse cenário, é crucial que o setor elétrico planeje sua matriz energética para complementar a geração de eletricidade em períodos em que haja escassez hídrica, de ventos ou de luz solar. A modernização das redes de transmissão com tecnologias inteligentes e sistemas de armazenamento de energia contribui para uma distribuição mais eficiente e menos vulnerável a interrupções. O uso de tecnologias de monitoramento em tempo real também aumenta a resiliência do setor e ajuda a mitigar os impactos dos eventos climáticos extremos.

Os custos para a recuperação de infraestruturas danificadas e para a adaptação a futuros eventos climáticos são elevados. No entanto, é urgente que gestores municipais e do setor elétrico invistam em sistemas mais resilientes. Manter a vegetação urbana com podas regulares, substituir árvores em condições estruturais precárias e fortalecer redes elétricas inteligentes e descentralizadas são algumas das soluções para reduzir os impactos dos eventos climáticos.

Além disso, é necessário que o setor público e o setor privado invistam em planejamento de longo prazo para assegurar a adaptação das cidades às novas condições climáticas. Governadores, prefeitos e executivos do setor elétrico precisam de políticas claras que incluam análises de risco, planejamento de contingências e incentivos à inovação em infraestrutura sustentável. A colaboração entre governos, empresas e comunidades é essencial para implementar soluções que promovam tanto a adaptação quanto a mitigação dos impactos dos eventos climáticos extremos.

O Pnuma reconhece que a chance de limitar o aquecimento global a 1,5°C passou a ser nula. Na projeção mais atualizada, a manutenção dos esforços de redução de GEEs implícita nas políticas atuais dos países pode elevar o aquecimento global em até 2,9°C ao fim do século. Portanto, os países precisam adotar medidas mais ambiciosas pois, caso contrário, observaremos um aumento da temperatura muito além das metas do Acordo de Paris e precisaremos conviver com eventos climáticos extremos potencialmente ainda mais dramáticos.

O planeta precisa de menos reuniões e mais ações. Já sabemos o que é necessário fazer. A agenda climática precisa sair do discurso repetitivo e partir para a ação.

*

DIRETOR DE SUSTENTABILIDADE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

Opinião por Alexandre Uhlig

Diretor de Sustentabilidade do Instituto Acende Brasil